DISPUTA DA MEMÓRIA

MUSEU DO ALJUBE
RESISTÊNCIA
E LIBERDADE

Rita Rato
Diretora do Museu do Aljube Resistência e Liberdade

Em junho de 2021, após a reunião do Conselho Consultivo do Museu do Aljube Resistência e Liberdade, convidámos os seus membros a partilhar uma reflexão escrita sobre a "Disputa da Memória".

Partilhamos agora os textos que já nos chegaram, e continuaremos a fazê-lo aos que entretanto formos recebendo.

Obrigada a todas e a todos!

Luís Farinha
Presidente do Conselho Consultivo do Museu do Aljube Resistência e Liberdade
Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea (FCSH–UNL)

CONVIVER COM O PASSADO – UMA TAREFA SEM FIM À VISTA

Salazarismo – Um Fascismo Conservador, Uma História Complexa

O Salazarismo foi um regime fascista sem um forte movimento de massas – um fascismo conservador sustentado pelo Exército, enquadrado pela Igreja Católica e imposto por mecanismos de repressão. Um regime farsante, com (falsas) eleições, uma Constituição e instituições corporativas. Na verdade, um aparente Estado de Direito que vivia do seu constante desvirtuamento por condições de exceção – um Estado de exceção que desmantelou o Estado Liberal, mantendo-lhe a formalidade republicana.

Um regime de sombras, tão ou mais complexo na sua interpretação do que o nazi-fascismo.

O Direito à Memória

O início do séc. XXI ficou marcado pela reivindicação do Direito à Memória, levada a cabo por "grupos promotores da Memória" e por ex-resistentes, ex-presos políticos e perseguidos pelo regime ditatorial.

Esta reivindicação é justificada pelo direito à verdade histórica, pela exigência do reconhecimento público dos malefícios provocados às vítimas do fascismo, pela necessidade de combater o silenciamento e a desculpabilização dos responsáveis pela violência política, bem como pela necessidade de exigir políticas públicas que respeitem a luta dos ex-combatentes e não afrontem a sua memória. Como exemplos dessa "afronta", três exemplos: em 2007, um canal televisivo promove, em concurso público, o ditador Oliveira Salazar a primeira personalidade do séc. XX português. Pela mesma altura, a sede da polícia política, em Lisboa, é transformada

em condomínio de luxo e um dos assassinos do General Humberto, o ex-inspetor Rosa Casaco é condecorado pelo Presidente da República.

O predomínio de governos situados à esquerda do espetro político tem promovido, em consonância com a nova consciência social, um conjunto de políticas públicas de Memória tendo em conta o conhecimento dos crimes do fascismo e o reconhecimento público do sofrimento das vítimas.

Novos Tempos – Direita e Extrema-Direita Reivindicam a Herança do Salazarismo

A dinâmica revolucionária de Abril afastara, aparentemente, as direitas da memória e da herança da Ditadura – até aos finais do séc. XX nenhuma força política se reivindicava da herança do Salazarismo.

A partir de 2015, uma reorganização das esquerdas (Bloco político informal incluindo o PS, o PCP e o BE), confronta-se no terreno com uma reorganização das direitas e com o aparecimento de forças de extrema-direita que reivindicam o espaço de "verdadeiras direitas", como aconteceu um pouco por toda a Europa. Em Portugal reivindicam um espaço que, segundo afirmam, lhes foi sonegado pelos revolucionários e que, só por esse motivo, não puderam ocupar.

É então que à esquerda, o poder político reforça as políticas de Memória, visando o esclarecimento, o reconhecimento público das vítimas e a sua reparação moral. Destaque para as exposições que assinalaram o Primeiro Centenário de Implantação da República (2010), para a exposição "A Voz das Vítimas", (Aljube, 2011), para a inauguração do Museu do Aljube Resistência e Liberdade (2015), para a transformação da Prisão de Peniche no Museu Nacional da Resistência e Liberdade (2017). E ainda para o Memorial aos Presos e Perseguidos Políticos, aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa em 2021, a instalar junto do ex-Tribunal Político da Boa Hora (Lisboa).

Memória, História e Verdade

Utilizando a narrativa da História publicada no final do séc. XX e início do séc. XXI por setores académicos que pela primeira vez valorizavam certos aspetos da Ditadura (em comparação com o período anterior da I República), a direita política procurou não ficar isolada perante o crescimento da extrema-direita e trouxe para o debate público as áreas críticas da História nacional e internacional.

Nesta perspetiva, estes setores passaram a questionar áreas que a historiografia mantinha como espaços de debate aberto. Apareceram assim à luz do dia questões como: o Estado Novo não foi um fascismo, foi uma ditadura com muitas virtualidades; o colonialismo português foi um colonialismo diferente e benigno; uma ampla maioria do povo português não foi vítima do regime, foi cúmplice; os Descobrimentos do séc. XV-XVI deixaram um legado humanista prevalecente; a revolução de 25 de abril foi obra de uma minoria ativa e teria sido evitável.

Perante a judicialização da memória da Ditadura feita pelas direitas e pela extrema-direita, muitos historiadores foram obrigados a vir a terreiro para tomar uma posição pública e mais judicativa sobre as problemáticas que mantinham em aberto nas suas investigações: a guerra colonial e os estudos pós-coloniais, a natureza do regime Salazarista e a sua ação económica, social e política, a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a transição para a democracia, o papel dos consensos nacionais em torno da Ditadura, o peso da herança da Ditadura na ação política do regime democrático.

O Presente-Passado da Ditadura e o Presente-Futuro do Regime Democrático – Dois Tempos em Discussão Permanente

A Memória do último século – marcado por 3 transições de regime e duas guerras de grande dimensão é um processo longe de estar encerrado ou mesmo sedimentado. Ocorreram profundas transformações, algumas delas ainda em curso, como seja o processo de democratização trazido pela Revolução de Abril.

O Futuro próximo vai ser marcado pelas Comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril. Foram nomeados dois responsáveis, um pelo Governo (sensibilidade de esquerda) e outro pelo Presidente da República (sensibilidade de centro-direita). O primeiro é um historiador que consagrará as conquistas da Revolução de Abril, embora não de forma acrítica. O segundo é um ex-presidente da República, responsável pela normalização democrática que pôs fim ao processo revolucionário. As disputas políticas começaram desde logo, especialmente em relação ao primeiro, o historiador. Para a esquerda, a democracia portuguesa é uma democracia "avançada" com rasgos socializantes porque teve origem na Revolução dos Cravos. Para a direita, a Revolução foi um malefício, evitável, e responsável pelo ciclo económico de baixo crescimento económico que o país vive desde a mudança revolucionária.

Museu do Aljube – Um Lugar de Memória Democrática

No caso português, a Memória e a História estiveram (e estão ainda) profundamente imbricadas com a evolução política do país. O processo memorial passou por três ciclos fundamentais, seguido de um último – o atual –, que se mostra conflitual, com posições radicalizadas de esquerda e direita na apreciação da transição democrática e da natureza da Ditadura.

O primeiro ciclo – muito curto e inspirado pelo antifascismo –, foi marcado pela justicialização (embora muito frágil e incompleta) da obra e dos responsáveis da Ditadura fascista; o segundo, por um recalcamento e amnésia – em parte impostos, em parte consentidos e desejados, e que durou até final do séc. XX; o terceiro e último vem até aos últimos tempos e é marcado por uma reivindicação do direito à memória e à verdade.

Na atualidade, o direito à memória é uma reivindicação de dois campos radicalizados – um sustentado pela historiografia vinculada à condenação da Ditadura e valorização da democracia social; o outro sustentado pela historiografia que iniciou a revalorização de certos aspetos da Ditadura e que se repercute pela valorização dos regimes fortes e autoritários.

O processo comemorativo dos 50 anos da Revolução de Abril está a colocar em evidência a leitura oposta da História e da Memória da Ditadura e bem assim dos caminhos a trilhar pela sociedade portuguesa nos anos futuros.

Que outro local senão o de um Museu da Memória para confrontar, e especialmente para dirimir - pelo conhecimento histórico e pela partilha de memórias sociais significativas -, as dúvidas, os debates e também os consensos e os compromissos necessários à vida de uma sociedade democrática? Não tenhamos dúvidas – o que até há pouco foi matéria de estudiosos e de minorias comprometidas com o silêncio, em breve poderá vir a ser uma janela escancarada para a manipulação despudorada dos populistas e demagogos. A Memória e a História são dimensões sociais em reconstrução contínua e o Museu um bom laboratório desse processo de reencontro constante com a Verdade.

Carlos de Matos Gomes
Militar de Abril

Serão os Museus Inúteis Perante a Nossa Desumanidade?

Quando entro num museu a minha primeira questão é: Quem fez isto? Toda a obra tem um autor. Num museu eu quero conhecer a humanidade. Quem somos?

Para mim, um museu é uma construção que expressa a conceção de tempo de Santo Agostinho (Confissões XI), em que o passado existe, por força de minha memória, no presente. Da mesma forma, o futuro existe, por força da expectativa de como as coisas, os factos, ocorrerão, no presente.

Num museu sinto que o tempo é tríplice, tal como para Santo Agostinho, é o presente das coisas passadas, o presente das coisas futuras e o presente das coisas presentes.

Num museu, o tempo é subjetivo, pois o modo como nos referimos às coisas depende de elementos internos, da memória, de expectativas, de sentimentos, de questões morais, do Bem e do Mal e até de essência: que ser é o ser humano, capaz do melhor e do pior, de abnegação e de egoísmo, de amor e de crueldade, do belo e do horroroso?

Há anos, ao visitar um modesto e mal organizado museu da Inquisição e da Tortura na cidade francesa de Carcassonne, fiz a mim mesmo as perguntas que sempre me coloco ao entrar no museu do Aljube: Quem fez isto? Quem foi o autor destes instrumentos, destes curros? Quem esteve nestas tarimbas e nestas mesas de interrogatório. Pensava no pretérito, mas trazia o passado ao presente. Sei que hoje existem, continuam a existir em plena laboração museus vivos de tortura espalhados pelo mundo. Até mesmo aqui em Portugal um cidadão ucraniano em trânsito pelo aeroporto morreu num presente de tortura. E estou certo de que no tempo futuro a desumanidade da tortura será presente em algum lugar e que há, haverá quem a promova e quem a execute.

Se tudo se repetirá, se na essência continuaremos a ser o homem lobo do próprio homem, *Lupus est homo homini lupus,* como nos definiu Plauto em Asinaria, serão inúteis os museus como o do Aljube, como o da Inquisição, como o da Tortura, como o da Escravatura, como o do Holocausto? E serão

inúteis os museus do belo, das belas artes? E serão inúteis os teatros de ópera, os auditórios de concertos, de bailado? E serão inúteis as marchas e as manifestações pela paz, pelo respeito pelos direitos fundamentais, desde logo o da vida com dignidade?

A dúvida sobre a influência da memória do horror ou do sublime na história da humanidade acompanha-me sempre à saída de um museu, ou de uma grande obra do passado. Quanto trabalho escravo foi necessário para construir as pirâmides do Egito, o Coliseu de Roma, a Cidade Proibida da China? Que homens as mandaram construir e quem as construiu? E quantas pirâmides e quantas arenas e quantas cidades proibidas estão a ser construídas hoje, no presente, por novos escravos às ordens de novos imperadores?

Estas dúvidas são razões para desistir de revelar o passado e de fazer dele presente para o futuro? Não, são incentivos para nos confrontarmos com a nossa desumanidade, para assumirmos as nossas responsabilidades, para que não digamos que não sabíamos, que não vimos, para não nos desculpemos com a ignorância a nossa cobardia e a nossa cumplicidade.

Deixaria aos visitantes do Museu do Aljube a frase inicial do discurso de Martin Luther King: *"Eu tenho um sonho"* de que conseguiremos aprender com obras como esta a não repetir as ações que foram aqui realizadas e que aqui estão representadas.

Henrique Cayatte
Designer

"O único charme sobre o passado é que é o passado"
Oscar Wilde

A memória, como sabemos, é furtiva.

Escapa e vai-se embora.

Umas vezes está próxima de nós enquanto tantas – demasiadas vezes – vai para tão longe que acaba por desaparecer.

É a memória versus o esquecimento.

O passar do tempo é inclemente e os nomes e os momentos acabam irremediavelmente esquecidos. Não nos lembramos, trocamos tudo ou ignoramos sem querer.

Com as lembranças mas também com os lutos por pessoas de quem gostávamos ou ainda gostamos passa-se o mesmo. Sem remissão.

Vezes demais "esquecemo-nos", abstraímo-nos ou passamos nas margens do que nos devíamos lembrar. Quando se trata de memórias pessoais, afectivas ou profissionais essa esponja invisível não tem piedade. Socorremo-nos então de "balizas" para nos ajudarem a ir lá ter.

Agora a "moda" é a internet a que recorremos à falta de contemporâneos que nos ajudem.

Mas essas memórias são muitas vezes pessoais e intransmissíveis e não vêm nesses suportes.

Já as memórias das sociedades têm outros dispositivos para não desaparecerem.

Mesmo assim é-nos hoje impossível ouvir a voz daquela cantora que viveu e morreu antes da invenção de dispositivos de gravação e transmissão ou falar de exemplares únicos de livros caligrafados ou impressos que se perderam irremediavelmente já que a tradição oral, com a fragmentação das comunidades, é cada vez mais difícil de agarrar.

Os museus são aqui uma peça maior deste grande puzzle das vidas das comunidades.

Museus que reflitam, que construam pontes e nos ajudem a perceber melhor a nossa história e as estórias que a acompanham.

É que escrever, desenhar e expor sobre a memória num museu a ela dedicado – como é o caso do Museu do Aljube

– é um desafio que não é fácil. Sobretudo quando o Museu se propõe, como tem feito, abrir as suas portas a exposições temporárias, colóquios, mesas redondas, visitas de estudo e tantas outras atividades. O Museu é afinal um "palco" onde a história é a atriz principal coadjuvada por todos os protagonistas que a ajudaram a escrever com as suas vidas para todos os que lá passam fisicamente ou através das suas extensões como o site ou as redes.

Pessoas que lutaram, foram aqui presas, aqui se casaram, daqui fugiram e que puderam com os seus exemplos serem exemplos maiores para as gerações seguintes.

O Museu do Aljube Resistência e Liberdade é então um testemunho vivo entre vários.

Um contributo central que nos ajuda a construir a nossa memória do séc. XX. No conceito e no desenho deste equipamento, que agora está à disposição de todos desde 25 de Abril de 2015, colocou-se desde o início o desafio de se ser sintético – o espaço é diminuto – e procurar não deixar de fora o que era verdadeiramente importante. Construir o testemunho de um tempo longo e sombrio, um infindável percurso marcado pela repressão e por uma ditadura que teimava em persistir. Contra um povo inteiro que resistia.

Procurou-se ser justo e equilibrado no pesar das diversas opiniões, vidas e lutas, procurando integrar a pluralidade dos que tiveram a imensa coragem de se rebelar contra uma demasiada longa ditadura.

Falamos de resistência e de liberdade dos que sobreviveram e dos que ficaram pelo caminho, das suas ideias e das suas ações.

No trabalho de concepção houve um exemplo que nos marcou especialmente: o desenho do espaço dos "curros", as celas individuais, inacreditavelmente pequenas, e instrumentos poderosos e sinistros de tortura psicológica. É que apesar de ainda se ter conseguido falar com alguns ex-prisioneiros, sobreviventes dos diferentes períodos da prisão que ali existia, que por ali passaram, e de se ter tido acesso a alguns documentos – inclusive desenhos – não foi fácil chegar-se a um consenso sobre a sua representação. O que hoje podemos ver é o resultado da fusão de vários depoimentos e de muitas memórias...mesmo se muitas vezes contraditórias entre si. A pluralidade de experiências mostrou que, respeitando sempre a verdade, a sua representação era um exercício possível.

A memória aqui, teria de ser e é, o "gatilho" para que as gerações atuais e vindouras pudessem estudar o que vivemos neste País. Vivemos tem aqui um duplo sentido: o que se viveu até à conquista da liberdade em 25 de Abril de 1974 e o que se vive agora. E, depois, o que se viverá amanhã.

Como se pode ser mostrar, numa exposição como esta, o discurso da ditadura – que produziu informação em muito

maior quantidade porque estava no poder e tinha meios muito maiores – e o da oposição democrática, que lutando com poucos recursos procurava chegar ao maior número de pessoas, numa época de profunda desigualdade de oportunidades? Claro que nesses tempos não havia internet, telemóveis ou as chamadas redes sociais. Agora que a velocidade impera importa lembrar como nessa altura tudo era lento e "pesado" na produção e na difusão da informação. Chegar a um grande número de pessoas era um incrível risco que se pagava muitas vezes com a prisão, a tortura, o degredo e a própria vida.

O que vemos aqui é uma homenagem a todas e todos os que lutaram contra todas as adversidades impostas pela ditadura.

Profundo respeito.

Manuela Tavares
Membro da direção da União de Mulheres Alternativa e Resposta
Membro da direção do CIEG - ISCSP

Excerto do seu artigo "Memória e a História das Mulheres, do Género e dos Feminismos".

A Disputa da Memória Histórica por parte das Mulheres

A disputa da Memória constitui, nos tempos atuais, um campo de luta ideológica por parte de quem quer fazer o branqueamento dos regimes ditatoriais.

Numa pretensa "neutralidade" histórica, que não existe, não nos admiremos que venham a ser evocados acontecimentos da ditadura salazarista defendidos pela extrema-direita como a família tradicional e a valorização da mulher centrada na sua "função" materna, assim como "valores" ligados à colonização, na tradição "judaico-cristã" de "salvação" dos povos indígenas.

Não basta evocar memórias. Elas têm de ser inseridas nos trajetos históricos que caracterizam os regimes políticos. Invadir o espaço público com uma febre comemorativa de memórias desenquadradas da análise de uma historiografia com representação do passado, pode constituir um abuso, dado que não passou pelo crivo da crítica e da confrontação com outras evidências.

Contudo, quando se fala de Memória como elemento da História Oral, que se pode traduzir em histórias de vida, conversas de mulheres, entrevistas, depoimentos, estamos a recuperar memórias individuais que refletem também memórias sociais, importantes para o resgate da História das Mulheres e dos Feminismos.

Podemos falar de uma disputa das mulheres para serem sujeitos históricos.

Um novo patamar de afirmação da história dos feminismos e da história oral surge com o interesse crescente por parte de historiadores/as pela descoberta de aspetos da vida quotidiana, em especial das mulheres, e pela relação entre representações públicas e individuais do passado.

Podemos também afirmar que a reflexão feminista sobre as questões metodológicas na história oral, ultrapassando a celebração da experiência das mulheres para uma compreensão mais complexa no campo da história oral, onde a análi-

se, a interpretação e a compreensão dos contextos sociais e culturais, deram maior consistência à intervenção feminista.

Importa, ainda, falar da Memória que se constrói pela atividade de associações feministas como a UMAR com histórias de vida de mais de uma centena de mulheres recolhidas em diversas regiões do país, no âmbito do projeto Memória e Feminismos. Até que ponto estas memórias não inseridas em contexto académico podem ser valorizadas fora dos saberes instituídos como valorização da História das Mulheres e do Género.

Finalizo com uma preocupação comum a muitos/as docentes e investigadores/as: a desvalorização da História como disciplina curricular no ensino público, alargando a preocupação aos conteúdos, onde uma História baseada num sujeito universal continua a colocar de lado as mulheres e os povos, que não fazem parte do paradigma dos países desenvolvidos e ocidentais.

A Disputa da Memória

"Se queres prever o futuro estuda o passado" ensinou-nos Confúcio, filósofo chinês, que, como sabem, viveu há algum tempo atrás. Há uns 25 séculos.

A Memória é um instrumento da máxima importância porque ao revelar-nos o passado ajuda-nos a melhor escolhermos os caminhos do futuro. Nomeadamente no plano político, para em cada momento, fundamentar a melhor opção.

"Naquele tempo é que era bom" – o tempo de Salazar, o tempo da ditadura - é uma evocação que foi muito usada e ainda é pelos que querem um poder político favorável a maior enriquecimentos dos mais poderosos que, como se sabe, só é possível à custa do empobrecimento da maioria da população. Sem memória daquele tempo é possível ser-se enganado pelos que difundem uma falsa memória.

"Naquele tempo é que era bom!" e era! para os "donos disto tudo". Era o tempo em que o Governo da ditadura se desinteressou a tal ponto do bem-estar do povo que conseguiu para Portugal, no contexto europeu, uma posição cimeira na pobreza dos seus nacionais, na falta de apoios à saúde, no analfabetismo, com 50 anos de atraso relativamente aos países do Norte da Europa, na educação em geral, na ausência de liberdade, no terrorismo político, na subalternização das mulheres. Neste aspecto aproximávamo-nos do Afeganistão dos talibãs. Escolas para rapazes e escolas para raparigas. Mulher só poderia viajar com autorização do marido, mulher devia ser "fada do lar", isto é, estava-lhe vedado, na prática, o acesso à maior parte dos empregos a que hoje tem acesso revelando não menos aptidão ou capacidade que o género masculino.

É fundamental resgatar a memória, disputar a memória, denunciar as falsas memórias.

A direita mais à direita evoca o salazarismo como "excelência de governação" falseando a realidade de tais tempos na convicção de que poderá enganar particularmente os mais novos que não têm memória desse tempo de má memória.

A memória dos acontecimentos internacionais não é menos importante como instrumento elucidativo das políticas prosseguidas, em especial, pelos que governam os mais poderosos países do mundo.

Recordar, por exemplo, a cimeira das Lages que reuniu em 16 de Março de 2003, na base militar dos Açores, o primeiro-ministro português de então, Durão Barroso, George W. Bush (EUA), Tony Blair (Reino Unido) e José Maria Aznar (Espanha) é um exemplo importante de disputa da memória.

Os Estados Unidos decidiram invadir o Iraque, grande produtor de petróleo, porque o seu presidente, Sadan Hussein, teimava em colocar à frente dos interesses dos EUA os do Iraque o que para a Casa Branca era inaceitável. Mas o presidente dos EUA necessitava de apresentar uma boa razão para o ataque e melhor ainda se ela tivesse o apoio de alguns países amigos. De modo que "revelou" falsamente, que o Iraque criara um poderosíssimo arsenal de armas de destruição em massa que era necessário neutralizar pois o país tornara-se muito perigoso. A Alemanha e a França não alinharam nesse plano norte-americano mas Durão Barroso, Tony Blair e José Maria Aznar, viram imediatamente, dali da Base das Lages, as armas de destruição em massa e deram o seu apoio à invasão do Iraque que ocorreu 4 dias depois, em 20/03/2003, a comprovar que já tudo estava preparado e decidido com ou sem "apoio de países amigos".

Com a invasão, uns 600 mil mortos depois (nº estimado), o Iraque entrou então no bom caminho, às ordens dos EUA .

Outra importante memória: Hitler para iniciar a invasão da Polónia, em 1 de Setembro de 1939, que viria a ser o início da 2ª guerra mundial com os seus 40 milhões de civis e 20 milhões de soldados mortos, inventou uma boa razão, enviou para o outro lado da fronteira uns alemães com fardas do exército polaco a disparar uns tiros para o lado da Alemanha. Também para invadir e fazer a guerra ao Vietnam os EUA forjaram um falso pretexto.

Foi por ter a consciência da importância cívica, moral e política da Memória que um grupo de cidadãos tomou a iniciativa, em 2005, em Lisboa, de criar um movimento cujo nome é bem elucidativo **«Movimento Cívico "Não Apaguem a Memória" – NAM ».**

O NAM assentou a sua actividade na Memória. Na denúncia do que foi, em quase meio século de vida, a ditadura fascista do Estado Novo.

O NAM manteve-se todos estes anos muito activo, com iniciativas que tiveram uma grande projecção, ainda que ultimamente limitado pela pandemia do *Covid 19* que assolou o mundo.

A actividade do NAM, com iniciativas que mobilizaram milhares de Portugueses e tiveram o apoio de ilustres intelectuais e altas figuras do Estado, é um exemplo revelador da importância da memória, nomeadamente na defesa da liberdade.

Por estarmos aqui no museu do Aljube lembro apenas a excelente exposição **A Voz das Vítimas** muito visitada por

nacionais e estrangeiros, inaugurada em 14 de Abril de 2011 em cuja organização participaram o NAM, a Fundação Mário Soares e com Alfredo Caldeira e tiveram um relevante papel historiadores como Irene Pimentel e Fernando Rosas. Teve na inauguração a presença de centena e meia de pessoas nomeadamente do ex-presidente da República Mário Soares, do presidente da Assembleia da República Jaime Gama, do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, do futuro director do museu do Aljube, Luís Farinha e muitas outras figuras cimeiras da intelectualidade portuguesa, além do então presidente da direcção do NAM que agora vos faz este relato e dos seus dois sócios honorários o historiador Borges Coelho e o tarrafalista Edmundo Pedro.

"Disputar a Memória" para que esta nos guie nos caminhos do futuro.

RESGATAR A MEMÓRIA

Sem memória não há liberdade, não há democracia

Fátima Amaral
Direção do Movimento Democrático de Mulheres

A submissão do poder político ao poder económico tem conduzido o Mundo para o aumento incessante das desigualdades e das guerras, ao atropelo constante dos Direitos Humanos, e a perigosos desequilíbrios ambientais. Políticas neo-liberais têm levado ao retrocesso da protecção social das populações, à liquidação de direitos laborais, à pobreza e exclusão social e a retrocessos nos direitos das mulheres.

Estas políticas têm, por um lado, criado o aumento da descrença de parte da população nas organizações políticas, e nos políticos e, por outro lado, têm facilitado o crescimento e visibilidade mediática de movimentos inorgânicos e de extrema – direita que propiciam um terreno fértil ao crescimento de diversas formas de discriminação e violência, do racismo e da xenofobia.

Aparecem ainda, embora utilizando novas roupagens, ideias de pensamento único, e os valores do progresso da Humanidade são rotulados de "velhos, fora de moda".

Em Portugal, e neste contexto, há quem esteja interessado em reescrever a História mas nós não esquecemos que se viveram quarenta e oito anos de obscurantismo e de repressão, num país isolado e atrasado, com enorme pobreza e exploração.

É da História que se faz a identidade de um povo e de um país.

A reconstituição integral do passado não é possível dada a falta de diversa documentação e de muitas/os protagonistas – lutadoras/es contra a ditadura - nunca terem tido visibilidade, daí ser tão importante e urgente recolher testemunhos de tantas e tantos resistentes antifascistas.

Dar a conhecer a História, o património de resistência e de luta, nas suas diferentes matizes, das mulheres e dos homens que tornaram possível acontecer a Revolução dos Cravos é também dever de todos os que acreditam no legado de Abril, é preservar a memória.

O MDM – Movimento Democrático de Mulheres continua empenhado em contribuir neste trabalho difícil mas empolgante, de revitalização da memória da luta das mulheres contra a ditadura. Mulheres sempre presentes, com a sua

criatividade e combatividade no processo de resistência e transformação económica, social, cultural e política da sociedade.

O regime de Salazar relegou a mulher para um papel subalterno, marginal e de submissão, com mais restrições, nos já escassos direitos civis e políticos, mas as mulheres não calaram a sua indignação por serem afastadas da vida social e política e a subalternização no trabalho e na família.

E é assim que o MDM nasce em finais de 1968, na semi-clandestinidade, resultado da intervenção de muitas mulheres organizadas em comissões unitárias, sindicatos e movimentos políticos, com a preocupação de intensificar a luta contra a opressão e a guerra, por melhores condições de trabalho e de salários, e pelos direitos das mulheres, com a esperança de se construir um Mundo novo.

Na madrugada de 25 de Abril de 1974, um levantamento militar dirigido pelo Movimento das Forças Armadas derruba o governo fascista, abrindo a porta à liberdade e a conquistas democráticas que transformaram a sociedade, e de forma significativa a vida das mulheres portuguesas.

Uma Revolução que mudou o curso da história do nosso país.

A História ensina-nos que nenhuma conquista é irreversível e, por isso, é preciso continuar a nossa luta, enquanto vivermos num Mundo onde a riqueza é apropriada por grandes grupos económicos, gerando o aumento da pobreza e da fome, o trabalho escravo, o trabalho infantil, o tráfico de mulheres e crianças para fins sexuais, das desigualdades entre mulheres e homens.

Nesta luta, a inquietação faz também parte da nossa atitude de alerta e de defesa dos valores em que assenta a nossa democracia, consagrados na Constituição da República.

As mulheres do MDM sonham e acreditam que é possível continuar a construir uma sociedade que preserve as memórias das/os resistentes anti-fascistas, a sua história, e um País e um Mundo com democracias consolidadas, que a voz de cada povo seja respeitada, com mais justiça social e económica, com acesso, em igualdade, à educação e saúde, ao trabalho, ao desporto e cultura.

Um país e um Mundo em que as/os cidadãs/os têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei, em que Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.
(Constituição da República Portuguesa)

...Eles não sabem, nem sonham
que o sonho comanda a vida.
Que sempre que um homem sonha
o mundo pula e avança
como bola colorida
entre as mãos de uma criança

(Excerto poema Pedra Filosofal de António Gedeão)

MUSEU DO ALJUBE
RESISTÊNCIA E LIBERDADE
Rua de Augusto Rosa, 42
1100-059 Lisboa
+351 215 818 535
info@museudoaljube.pt
www.museudoaljube.pt

DIREÇÃO
Rita Rato
ritarato@egeac.pt

EDUCALJUBE
educaljube@museudoaljube.pt

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
centrodocumentacao@museudoaljube.pt

HORÁRIO
Diariamente, 10h00-18h00.
Encerra segundas-feiras e no feriado de 25 DEZ.

COMO CHEGAR
Elétrico: 12 / 28
Autocarro: 737
Metro: Baixa-Chiado e Terreiro do Paço

EGEAC
MUSEU DO ALJUBE RESISTÊNCIA E LIBERDADE